

Bom dia Contrasp



Edição 1183 - Quarta - feira, 09 de abril de 2025

CONTRASP REPUDIA DECISÃO DA ALEPI E REAFIRMA A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA PRIVADA



A **CONTRASP** – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Privada vem a público manifestar veemente repúdio à decisão anunciada pela Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI), que determinou a suspensão, por 120 dias, do contrato com a empresa de segurança privada responsável pela vigilância armada e desarmada da instituição, substituindo os profissionais especializados por policiais militares da ativa em horário de folga.

Essa medida, além de representar a perda direta de postos de trabalho para vigilantes qualificados, fere gravemente os princípios legais que regem tanto a segurança pública quanto a segurança privada no Brasil. Trata-se de uma tentativa de mascarar uma substituição irregular e injusta, criando

um modelo que se assemelha ao chamado “bico oficializado”, algo terminantemente ilegal conforme já alertado pela **FESVINE** – Federação dos Vigilantes do Norte e Nordeste.

Segundo o presidente da **FESVINE**, Daniel Borges, “a formatação do trabalho para a PM, de acordo com a proposta divulgada, se for real, configura 'bico', porque são agentes públicos de segurança em atividade funcional fazendo segurança privada em horários de folga”. E questiona ainda: “Será que a ALEPI vai redirecionar os gastos do contrato com a segurança privada para o comando da PM/PI?”.

A Importância da Segurança Privada

A segurança privada no Brasil é regulamentada, profissionalizada e desempenha papel fundamental na proteção de patrimônios públicos e privados, além de colaborar diretamente para a segurança da sociedade. Vigilantes são treinados, capacitados, habilitados e seguem legislação rígida para exercer sua função com responsabilidade e eficiência.

A substituição desses profissionais por policiais da ativa em horário de folga, além de comprometer o bom desempenho das atividades policiais nas ruas onde a presença da PM é, de fato, indispensável para o combate ao crime, enfraquece o setor da segurança privada e afronta os direitos trabalhistas de uma categoria essencial para o Brasil.

Incoerência e Prejuízo ao Erário

É inadmissível que uma Casa Legislativa, que tem como uma de suas funções primordiais fiscalizar o uso correto dos recursos públicos, proponha um modelo de cooperação com claros indícios de irregularidades. Se a intenção for mantida, a **CONTRASP** exige que o caso seja denunciado formalmente ao **TCU**, **TCE**, **MP/PI** e **MPF**, conforme destacado pela **FESVINE**.

Além disso, a prática de transferir recursos que seriam destinados a contratos formais com empresas regulamentadas de segurança para bancar policiais em "bico oficializado" representa risco jurídico, financeiro e ético, além de potencial prejuízo à imagem da própria ALEPI.

Conclusão

A **CONTRASP** reafirma sua total solidariedade aos vigilantes do Piauí, e reforça que não aceitará o avanço de práticas que

desvalorizam a categoria e burlam os marcos legais da segurança privada no Brasil. A Confederação está pronta para tomar todas as medidas necessárias jurídicas, políticas e sociais para garantir os direitos dos trabalhadores e a manutenção de uma segurança de qualidade, ética e legalmente constituída.

Segurança é coisa séria. Polícia Militar tem que estar nas ruas combatendo o crime, e não substituindo vigilantes em prédios públicos.

CONTRASP – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Privada

FESVINE – Federação dos Vigilantes do Norte e Nordeste

Link matéria FESVINE: <https://encurtador.com.br/sIA2Y>



Presidente: Edilson Silva Pereira
Secretária de Imprensa e Comunicação: Dayane da Penha Oliveira
Produção, Diagramação e Arte: Amauri Azevedo

ED. CENTRO EMPRESARIAL BRASÍLIA, SRTVS QD 701 BL A
SALAS 315 E 316, ASA SUL BRASÍLIA - DF, CEP: 70340907

(61) 35320448 / 35320414

<https://www.facebook.com/contrasp>

https://www.instagram.com/contrasp_seg/

<https://contrasp.org.br/>